



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA DÉCIMA SEGUNDA (12ª) SESSÃO **ORDINÁRIA**

Presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto;
Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e treze realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pelo Sr. Vereador Benedito José do Couto; Secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Décima Segunda (12ª) Sessão Ordinária do Primeiro (1º) Ano da Décima Sexta (16ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos da Relação da Matéria, datada de 19 de abril de 2013. Às 18h30, feita a primeira chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 109, da Resolução nº 276, de 2010 (Regimento Interno vigente) e constatando-se haver número legal para o início dos trabalhos, conforme dispõe o Artigo 106 da já citada Resolução, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Benedito José do Couto (01), Cinoê Duzo (02), Daniel Gasparini dos Santos (03), Daniela Dalben Mota (04), Dayane Amaro Costa (05), João Antonio Pires Gonçalves (06), Jorge Setoguchi (07), Laércio Rocha Pires (08), Leonardo David Zaniboni (09), Luís Roberto Tavares (10), Luiz Antônio Guarnieri (11), Luzia Cristina Côrtes Nogueira (12), Manoel Eduardo Pereira da Cruz Palomino (13), Márcia Róttoli de Oliveira Masotti (14), Professora Maria Helena Scudeler de Barros (15), Osvaldo Aparecido Quaglio (16) e Waldemar Marcurio Filho (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente Ata, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Parágrafo Único do Artigo 106 da citada Resolução, convidou o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio para que procedesse a leitura de um trecho da Bíblia Sagrada. Cumpriu-se dita providência, dando por iniciada a parte dos trabalhos reservada ao "**EXPEDIENTE**". *Licenciado o Vereador Marcos Bento Alves de Godoy, pela Portaria nº 442, datada de 16 de abril de 2013, do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua o § 1º, do Artigo 81, do Regimento Interno, em conformidade com o Artigo 42, II, "a", da Lei Orgânica Municipal – LOM de Mogi Mirim, deu-se a convocação da segunda suplente da Coligação PDT, PP, PR, PRB – pelo Partido Republicano Brasileiro, PRB, senhora DANIELA DALBEN MOTA, conforme artigos 82 e 94, do mesmo Regimento Interno, combinados com o artigo 45 da LOM – Lei Orgânica de Mogi Mirim. A suplente Daniela Dalben Mota, depois de ter apresentado seu diploma e a declaração pública de bens à Secretaria da Câmara, e estando no prazo regimental a que se refere o Artigo 95, do Regimento Interno, adentrou ao Plenário e proferiu o compromisso público, conforme dispõe o § 1º do Artigo 5º, do mesmo Regimento Interno, declarando: “*prometo exercer com dedicação e lealdade o meu mandato, respeitando a lei e promovendo o bem-estar do Município – assim o prometo*”. Posto isto, o Presidente da Câmara, Vereador Bendito José do Couto, declarou empossada a novel Vereadora, que foi recebida com uma salva de palmas pelos seus nobres Pares, depositou sua assinatura no Termo de Posse de Vereador e na Folha de Presença e tomou assento em Plenário, no lugar a ela designado. A seguir, o Sr. Presidente suspendeu a sessão em curso às 18h45, para homenagem à Faculdade de Tecnologia – FATEC “Arthur Azevedo”, na pessoa de seu Diretor, Professor André Luís Ferrari de Moura Girardi, e paraninfos dos cursos superiores de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Mecânica de Precisão e Projetos Mecânicos. A sessão foi reaberta às 19 horas. Dando por efetivamente iniciado o “Expediente”, o Sr. Presidente submeteu à apreciação do Plenário a Ata da Décima Primeira*



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

(11^a) Sessão Ordinária, realizada em 15 de abril de 2013, a qual, depois de achada conforme e aprovada, foi devidamente assinada pelos Vereadores Benedito José do Couto e Luís Roberto Tavares, respectivamente, o Presidente e o 1º Secretário. Na sequência deu ciência à Casa, através de leitura, da seguinte matéria: 1. Projeto de Lei nº 28, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, “instituinto a Semana Municipal dos Profissionais de Educação Física e do Combate ao Sedentarismo, em Mogi Mirim”; (ao exame das Comissões Permanentes); 2. Projeto de Lei nº 29, de 2013, de autoria do Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, acompanhado de Mensagem nº 18/2013, datada de 17/04/2013, objeto do Ofício nº 18/2013, de igual data, “autorizando o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, a celebrar contrato de comodato com a Senhora Glória Soltani, para o fim que especifica e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 3. Projeto de Lei Complementar nº 05, de 2013, da Mesa da Câmara Municipal, “dispondo sobre a criação, extinção e aumento de referências de cargos efetivos e em comissão da Câmara Municipal de Mogi Mirim e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes); 4. Projeto de Resolução nº 01, de 2013, da Mesa da Câmara Municipal, “regulamentando, no âmbito da Câmara Municipal de Mogi Mirim, a utilização da modalidade de licitação denominada Pregão, para aquisição de bens e serviços comuns e dando outras providências”; (ao exame das Comissões Permanentes). Ainda com o Ofício nº. 18/2013, o Senhor Prefeito Luís Gustavo Stupp solicitou fosse o Projeto de Lei nº. 29/2013 apreciado em Regime de Urgência Especial, conforme previsto no Artigo 54, da Lei Orgânica – LOM de Mogi Mirim. Ato contínuo, o Sr. Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores os seguintes **REQUERIMENTOS**, hoje endereçados à Mesa (aprovados pela Casa): nºs. 308, 309, 313, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Stupp, na forma dos Artigos 2º e 152, do Regimento Interno, combinado com o Artigo 71, XV, da LOM de Mogi Mirim, para que determine à Secretária de Educação, Andréia Abiatti, responda, no prazo improrrogável de quinze dias, a solicitação contida no Requerimento nº 103/2013, aprovado por esta Casa de Leis”, “seja oficiado o Sr. Prefeito de Mogi Mirim, Luís Gustavo Antunes Stupp, na forma dos Artigos 2º e 152, do Regimento Interno, combinado com o Artigo 71, XV, da LOM de Mogi Mirim, para que determine a Secretária de Educação, Andréia Abiatti, responda, no prazo improrrogável de quinze dias, a solicitação contida no Requerimento nº 104/2013, aprovado por esta Casa de Leis”, “seja oficiada o Presidente do Serviço Autônomo de Água e Esgotos – SAAE, Sr. Celso Cresta, para que informe a respeito da nascente de água existente no Distrito de Martim Francisco, em terreno do próprio município, ao lado da EMEB Bráulio José Valentim, no tocante à análise da água, qualidade e quais medidas de proteção para conservação da nascente estão sendo tomadas”; nºs 310 e 312, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre disponibilização de caixa eletrônico, em Braille e áudio, para deficientes visuais, em todas as agências bancárias do Município” e “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre cursos de capacitação para funcionários municipais”; nº 311, de 2013, da Sra. Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros e outro, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que preste informações a respeito da Guarda Civil Municipal, a saber, se a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social possui GMs capacitados para aplicação de multas de trânsito, quantos e quem são; se a secretaria possui aparelho de decibelímetros”; nºs 315, 321, 322, de 2013, do S. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, bem como a direção da Vigilância Epidemiológica e Centro de Controle de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Zoonoses, para que informem se já estão sendo preparadas campanhas de conscientização sobre a importância da vacinação dos animais contra a raiva”, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei, que dispõe sobre a obrigatoriedade de consulta, junto ao Conselho Municipal de Cultura e ao Centro de Documentação Histórica ‘Joaquim Firmino de Araújo Cunha’, para autorização de qualquer tipo de demolição de edificação no Município de Mogi Mirim” e “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, encaminhando-lhe minuta de projeto de lei complementar, para alteração de dispositivos da Lei Complementar nº 267/2013 – Estrutura Administrativa do Quadro de Empregos em Comissão da Prefeitura de Mogi Mirim”; nº 316, de 2013, do Sr. Vereador João Antonio Pires Gonçalves, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que transforme em área industrial a área rural situada na Gleba C, na Rua dos Patos, no Bairro São João da Barra”; nº 317, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe quais medidas serão tomadas para o aumento da Feira Noturna, realizada às quartas-feiras, acerca da participação dos artesãos”; nº 318, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para uma ação conjunta entre a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, através da Gerência de Trânsito e Transporte, no sentido de adotar providências para coibir o excesso de velocidade na Rua Padre Roque, em frente à agência da Caixa Econômica Federal, bem como encaminha abaixo-assinado de moradores das adjacências”; nºs 319 e 330, de 2013, do Vereador Daniel Gasparini dos Santos, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que execute serviços de drenagem em APP – Área de Preservação Permanente, localizada no Parque Novacoop, ao lado da EMEB Terezinha da Silva Oliveira” e “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que realize



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

palestra informativa da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, através da Gerência de Trânsito e Transporte, para os motoristas de veículos do transporte escolar”; nº 323, de 2013, do Sr. Vereador Laércio Rocha Pires, solicitando, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe a respeito do Conselho Municipal de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Afro-brasileira”; nºs 324, 325, 326 e 327, de 2013, do Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que viabilize a doação de gleba para a FATEC, objetivando ampliação da área física da faculdade e conseqüente aumento do número de vagas”, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre o prazo limite para retorno do funcionamento dos radares de velocidade nas avenidas de Mogi Mirim”, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe sobre o planialtimétrico da FATEC, bem como informe sobre projeto de prevenção contra incêndios” e “seja oficiada a Dirigente Regional de Ensino, Professora Elin de Freitas M. C. Vasconcelos, para que informe sobre a atual situação da prestação de serviços de Internet nas Escolas Estaduais, bem como forneça a lista das escolas que passam por problemas na prestação deste tipo de serviço e o motivo pelo qual ocorreu o problema”; nºs 328 e 329, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, solicitando, respectivamente, “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe acerca da falta de professores e de diretor na EMEB Prefeito Adib Chaib, localizada no Jardim Planalto” e “seja oficiado o Sr. Prefeito Municipal Luís Gustavo Stupp, para que informe a respeito da falta de médico ginecologista e pediatra na UBS do Jardim Planalto”. O Requerimento nº 320, de 2013, da Sra. Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, solicitando, “seja oficiada a Mesa da Câmara Municipal, para constituição de Comissão Especial de Vereadores para investigação do ato do Prefeito referente à reforma de imóvel, situado no Bairro da Santa Cruz, onde se instalará o futuro Gabinete do Prefeito”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

foi rejeitado por nove (09) votos contrários a oito (08) votos favoráveis); (Presidente exerceu direito de voto, conforme o Artigo 20, III, do Regimento Interno);(arquive-se). Na sequência, o Sr. Presidente deu por aprovadas, conforme deliberação do Plenário, as seguintes **INDICAÇÕES** endereçadas ao Prefeito Municipal: nº 332, de 2013, do Sr. Vereador Waldemar Marcurio Filho, sugerindo, “providências para implantação do Ensino de Jovens e Adultos – EJA no Distrito de Martim Francisco; nºs 333, 335, 336, 337 e 339, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, sugerindo, respectivamente, “demarcação de solo na Rua Eugênio Consorte Piscinatti, nº 70, no Jardim Aeroclube”, “providências para adaptações à acessibilidade de pessoas com deficiências no Zoológico Municipal”, “construção de praça e quadra poliesportiva em espaço localizado na Rua Sebastião Eusébio de Oliveira, no Jardim Scomparim”, “reunião periódica interna com os Secretários, para interação de projetos e trabalho em equipe”, “operação ‘tapa buracos’ na Rua Dr. Adolfo Lutz, no Jardim Nossa Senhora Aparecida”; nº 338, de 2013, do Sr. Vereador Manoel Eduardo P. C. Palomino, sugerindo, “rebaixamento de calçada, em frente à Clínica de Fisioterapia, localizada na Avenida Santo Antônio, 498, centro da cidade”; nº 340, de 2013, do Sr. Vereador Jorge Setoguchi, sugerindo, “operação ‘pente fino’ para recuperação das estradas de terra do Município”; nºs 341, 342, 343 e 344, de 2013, do Sr. Vereador Cinoê Duzo, sugerindo, respectivamente, “urgente implantação de sinalização de solo e de placas verticais, para orientação de ciclistas, nas principais ruas e avenidas de Mogi Mirim”, “implantação de programa prático de educação no trânsito nas escolas municipais, estaduais e particulares de Mogi Mirim”, “urgente melhoria de sinalização horizontal e vertical no cruzamento das Ruas César de Freitas, com Professor Humberto Brasi, no Bairro Maria Beatriz”, “providências para reforma da creche do Bairro do Aterrado”; nºs 345, 346, 347, 348, 349 e 350, de 2013, do Sr. Vereador Leonardo David Zaniboni, sugerindo, respectivamente, “construção de rotatória entre o cruzamento



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Avenida da Saudade, com Rua Tenente Maestro Euclides da Cunha e Rua Elvira Pissinatti Davoli”, “urgente duplicação da Avenida Antonio Moreno Perez, prevista no Plano Diretor da Cidade de Mogi Mirim”, “instalação de dispositivo de redução de velocidade nas Ruas Vitalina Davoli Mariotoni e Rua Coronel Venâncio Ferreira Alves Adorno, no Bairro Nova Mogi”, “construção de área recreativa na praça, localizada na Rua Venezuela, na Vila Dias”, “providências para instalação de bancos em todas as paradas de ônibus de Mogi Mirim”, “providências para que os programas habitacionais populares de Mogi Mirim contemplem os moradores com casas já construídos os muros e portões”; nº 351, de 2013, da Vereadora Márcia Róttoli de O. Masotti, sugerindo, “implantação de uma rotatória na confluência da Rua Aprígio Gonçalves, cruzamento com as Ruas Ataliba Silveira e Rogério Vieira Tucci, no bairro Vila São José”; nº 352, 353 e 354, de 2013, do Sr. Vereador Daniel Gasparini dos Santos, sugerindo, respectivamente, “instalação de um telefone público, tipo ‘orelhão’, na Avenida Antônio Carlos de Oliveira, no Bairro Tucura”, “estudos para instalação de radar, ou outras medidas cabíveis no final da Avenida Pedro Botesi, próximo ao nº 3000” e “implantação de redutor de velocidade, tipo ‘lombada’, ou sinalização, na Rua Adelino Antonio, no Jardim Copacabana”. A seguir, o Senhor Presidente submeteu à apreciação e votação dos nobres Vereadores a seguinte **MOÇÃO**, endereçada à Mesa (aprovada pela Casa): nº 28, de 2013, da Senhorita Vereadora Dayane Amaro Costa, propondo, “sejam consignados em ata dos trabalhos, votos de congratulações e aplausos para com a direção da Orquestra Sinfônica Lyra Mogimiriana, pela apresentação realizada em 13 de abril último, no Centro Cultural”. A seguir, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Srs. Vereadores a seguinte **CORRESPONDÊNCIA**: Ofícios nºs. 293, 304, 318, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 338, 339, 340, 342, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 369, 361, datados de 05, 10, 11, 15, 16, 17, 18 de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

abril de 2013, subscritos pelo Senhor Prefeito Municipal, respectivamente, “respondendo a respeito da Indicação nº 163/2013; Requerimento nº 164/2013; Requerimento nº 011/2013; Indicação nº 372/2013; Indicação nº 199/2013; Requerimento nº 155/2013; Requerimento nº 157/2013; Indicação nº 217/2013; Indicação nº 237/2013; Requerimento nº 203/2013; Indicação nº 265/2013; Indicação nº 266/2013; Indicação nº 267/2013; Requerimento nº 099/2013; Indicação nº 029/2013; Indicação nº 051/2013; Requerimento nº 235/2013; Indicação nº 104/2013; Indicação nº 114/2013; Indicação nº 115/2013; Indicação nº 206/2013; Indicação nº 207/2013; Requerimento nº 173/2013; Indicação nº 221/2013; Requerimento nº 214/2013; Requerimento nº 216/2013; Indicação nº 025/2013; Requerimento nº 218/2013; Requerimento nº 219/2013; Requerimento nº 222/2013; Requerimento nº 226/2013; Requerimento nº 248/2013; Indicação nº 277/2013; Requerimento nº 228/2013; Requerimento nº 234/2013; Requerimento nº 238/2013; Requerimento nº 239/2013; Requerimento nº 240/2013; Requerimento nº 241/2013; Requerimento nº 245/2013; Requerimento nº 250/2013; Indicação nº 270/2013; Indicação nº 281/2013, todos desta Edilidade”; (arquite-se, após dar ciência aos Senhores Vereadores); Ofício nº. 028472, de 2013, datado de 15 de abril do corrente, subscrito pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, “comunicando a liberação de recursos financeiros”; (arquite-se); Ofício nº 983/2013, datado de 17 de abril de 2013, subscrito pelo Sr. Dílson Wagner Guarnieri, Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, “respondendo ao Ofício nº 91/2013, desta Casa de Leis”; (arquite-se, após dar ciência ao Vereador Luís Roberto Tavares); Ofício nº 037/2013, datado de 28 de março do corrente, subscrito pelo Sr. André Luiz Pissinatti, Presidente do Conselho Municipal de Habitação, “manifestando a contrariedade dos membros do conselho, por não terem sido convidados à reunião com membros da CDHU, na Câmara Municipal, para discussão do Programa Vila Dignidade”; (arquite-se). Não havendo mais



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

proposituras ou quaisquer outros documentos para serem levados ao conhecimento do Plenário, o Sr. Presidente facultou o uso da palavra no “Expediente”, anunciando os oradores inscritos, conforme § 6º, do Artigo 111, do Regimento Interno. Inicialmente, fez uso da palavra a Vereadora Daniela Dalben Mota, em seu primeiro discurso na Câmara Municipal, proferindo, com emoção, vários agradecimentos sinceros, primeiramente a Deus, por ter lhe dado forças na caminhada até a Câmara Municipal; aos amigos, aos pacientes, aos seus eleitores, que tinham acompanhado todo o seu caminho profissional, acreditando em seu trabalho, depositando o voto de confiança para que ela estivesse, enfim, representando-os no Legislativo Mogimiriano. “Obrigada a toda a minha família, em especial aos meus pais, que estão presentes nas galerias, pessoas que formaram a base do meu caráter e educação; também ao meu marido, Flávio Mota, que ficou em casa, cuidando dos nossos filhos, pelo seu companheirismo, por estar sempre ao meu lado, e aos meus filhos, fonte perene de amor e inspiração”, completou. Prosseguiu, afirmando que não mais representaria os quinhentos e dez votos conseguidos nas urnas, mas sim toda a população de Mogi Mirim; que havia sido a grande necessidade das pessoas com deficiência o motivo de ter se candidatado à vereança, mas que, apesar disso, representaria toda a população de Mogi Mirim. “Meus agradecimentos também aos funcionários públicos da Prefeitura de Mogi Mirim, que são excelentes profissionais, trabalhadores, que lutam pela profissão, e eu serei o apoio do funcionalismo na Câmara”, frisou. A Vereadora do PRB agradeceu a acolhida dos novos colegas de vereança, afirmando, igualmente, que intrigas e discussões certamente ocorreriam, mas que tinha também a certeza de que todos possuíam um ideal comum, que era o de trabalhar pelo povo mogimiriano, pela qualidade de vida da população. “Que juntos possamos representar a população da nossa cidade de Mogi Mirim e que Deus nos dê forças para trilhar o caminho, portanto, sintam-se todos abraçados por mim”, destacou a Edil, encerrando o seu



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Waldemar Marcurio Filho, para comentar os dois requerimentos que havia apresentado, ambos solicitando para que fossem reiteradas proposições anteriores, que ainda não tinham sido respondidas pelo Poder Executivo. “Estou reiterando os Requerimentos n°s 103 e 104/2013, porque pedi há tempos e ainda não recebi resposta, portanto, espero que a nova Secretária de Educação, Andréia Abiatti, possa remeter ao meu gabinete tais informações”, explicou, finalizando sua participação, não sem antes cumprimentar a Vereadora Daniela Dalben Mota, recém-chegada à Câmara Municipal. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Dayane Amaro Costa, inicialmente, cumprimentando a Vereadora Daniela Dalben Mota pela posse na corrente sessão, desejando-lhe as boas vindas. A seguir, comentou as proposições que havia apresentado, primeiramente, uma indicação, sugerindo providências para adaptações à acessibilidade de pessoas com deficiências no Zoológico Municipal, localizado no Horto Florestal de Mogi Mirim, para aproveitar a reforma já em andamento no local. A Vereadora também comentou sua indicação para que fossem concretizados estudos, objetivando a realização de reuniões periódicas internas entre os Secretários Municipais, para a interação de projetos e trabalho em equipe. “Percebi que algumas Secretarias, apesar de estarem trabalhando bem, não estão associadas umas com as outras, uma não se intera do que a outra realiza, portanto, creio que a promoção de reuniões intersecretarias irá propiciar integração, com todos acompanhando as várias iniciativas, e para que haja união de esforços”, explicou. Com relação à sua sugestão de ensino de Libras nas escolas municipais, a Vereadora colocou que estava trabalhando no assunto e que tinha conversado com a Secretária de Educação, Andréia Abiatti, recebendo desta, a notícia de que o ensino dos sinais estava em estudos para a sua implantação, com tentativas de adequação das questões de Folha de Pagamento. A Vereadora agradeceu e encerrou sua participação. Ato contínuo, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

lamentou a rejeição de seu requerimento, lembrando aos pares que a Câmara não era o único caminho viável para esclarecimento dos fatos, afirmando que sua intenção era deixar aclarado se o Poder Executivo havia respeitado, ou não, a legislação em vigor. “Quem não deve, abre portas e não as fecha”, frisou. A Vereadora destacou que havia sido ameaçada por ser integrante da oposição e que lhe haviam dito que ‘portas seriam fechadas a ela’ caso não se calasse. “Não tenho medo, vou continuar e seguir outros caminhos”, disse. A seguir, a Vereadora leu trecho de entrevista concedida pelo Prefeito ao jornal O Popular, publicada na edição de 20 de abril último, assim redigida: “Na semana passada, durante entrevista coletiva concedida à imprensa, o prefeito foi questionado sobre a mudança de local do gabinete, que não foi feita porque o imóvel reformado não pode ser alugado devido a dívidas do proprietário com a Prefeitura. Questionado sobre a reforma realizada no local, feita há dois meses por funcionários do então Departamento de Serviços Municipais – DSM, primeiro Stupp disse que ‘apenas foram feitos a rampa e uma pinturazinha’ e que ‘nenhum funcionário público trabalhou lá’. Depois ele mudou a versão e afirmou que houve, sim, reforma, mas que havia custeado tudo com dinheiro do próprio bolso. Novamente o prefeito foi questionado sobre as contradições nas justificativas à imprensa, eis que ele lançou um desafio à imprensa, que deveria provar com imagens o trabalho de funcionários no local”. A Vereadora continuou, afirmando que não eram necessárias imagens, pois havia o testemunho de pessoas que tinham visto, com seus próprios olhos, o trabalho no local, algumas destas, inclusive presentes na Câmara, pessoas cujas palavras tinham valor, lembrando ainda, que o jornal O Popular detinha imagens de fotos tiradas à época. “Apenas me demorei, para ver até onde chegariam com seus atos e, agora, vamos por outros caminhos, para questionar se houve respeito, ou não, à lei, pois procuramos uma OC – Oposição Crítica fiscalizando os atos do Executivo, no sentido de alertar o que está certo e o que está errado, porque é este o papel principal



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da Câmara Municipal, enquanto que eu tenho minha consciência tranquila em relação a isso”, colocou a Vereadora do PSB, finalizando sua oratória. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Leonardo David Zaniboni, que versou sobre os loteamentos irregulares, dizendo da sua alegria em ver que a regularização de alguns estava caminhando muito bem, acreditando, inclusive, que o Parque das Laranjeiras tivesse sua regularização concretizada até o final do ano. Relatou que estivera em Campinas, juntamente com os Vereadores Jorge Setoguchi e Daniel Santos, na sede da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias, figura jurídica atual proprietária da área do loteamento irregular Novacoop, com o intuito de iniciar conversações sobre as escrituras do Parque Novacoop, situado na zona norte da cidade, todavia, explicando que a federação não possuía a certidão negativa de débitos e que, portanto, não poderia passar a escritura dos lotes. Mas o Vereador observou também, que a federação não iria criar obstáculos, caso os moradores ingressassem com ações de usucapião, ou de outro tipo. “Vamos levantar os documentos necessários de cada morador, vamos fazer uma reunião com a Juíza, intermediada pelo Ricardo Piccolomini de Azevedo, depois pretendemos um mutirão de ações, para tentarmos passar o máximo de escrituras possível, ao menor custo possível, e isto, deixa-me muito contente”, destacou o Vereador. “O loteamento Domênico Bianchi também está caminhando e depois, a próxima etapa será o Jardim Europa, quando veremos as possibilidades de conseguirmos as escrituras”, disse, concluindo o seu discurso o Vereador do PR. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires, que discorreu a respeito da Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, dizendo que estivera, juntamente com outros Vereadores, em reunião com a Mesa Gestora da entidade, através de convite feito pelo Vereador Luiz Guarnieri, na penúltima sessão ordinária. Conforme relatou, os membros da Mesa da Santa Casa haviam lamentado a ausência de quase a maioria dos Vereadores, mas o Vereador afirmou que outra reunião seria



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

agendada, porque os membros da Mesa desejavam a presença dos Vereadores naquele hospital, para somente depois, retornarem a visita, desta vez ao Legislativo Mogimiriano, para só então, revelar seu numerário. “A coisa é crítica na Santa Casa, é grave e temos que nos unir para arrumar verbas, destinadas à Santa Casa, portanto, no dia 19 p.p., eu estive em contato com o Deputado Arnaldo Jardim, MD/SP, rogando-lhe por recursos e aparelhagens, e, se cada um dos demais vereadores buscar o seu próprio deputado, acredito que consigamos alguma coisa, realmente”, ponderou o Vereador. O Vereador lembrou a Lei Municipal nº 4936/2010, de sua autoria, que dispôs sobre a divulgação do CNPJ/RFB da Santa Casa de Misericórdia em cartazes, nos caixas de todos os estabelecimentos comerciais de Mogi Mirim, para a finalidade de doações de créditos do programa estadual Nota Fiscal Paulista. O Vereador Laércio Rocha Pires se colocou à disposição da Santa Casa, e também disponibilizou o seu novo Gabinete Móvel, para divulgação da lei nos bairros, e pediu aos demais Vereadores para que comparecessem na nova reunião que seria agendada com a Mesa Gestora da entidade, porque os gestores ficariam muito felizes com a presença maciça dos pares. Abordando outro assunto, o Vereador relatou que estivera na ETEC Pedro Ferreira Alves, juntamente com os Vereadores Dayane Amaro Costa, Luís Roberto Tavares, Manoel Palomino e Waldemar Marcurio, a pedido dos próprios alunos, os quais haviam feito manifestação pública, em frente ao Edifício do Paço, na semana anterior. O Vereador afirmou que as reclamações eram muitas e as cenas vistas na escola por demais comoventes, com alunos almoçando em pé, ou sentados no chão, numa situação absolutamente constrangedora. “A partir desta visita, tivemos a ideia de formar uma comissão, para acompanhar as reivindicações dos professores e dos alunos da ETEC, os professores vão apresentar a lista de reivindicações, faremos um documento e levaremos até o Governo do Estado de São Paulo, apoiando a causa”, elucidou o Vereador do MD e, para encerrar, colocou-se à disposição dos alunos e à disposição



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para procurar os deputados do MD, para intermédio da questão junto ao Governo do Estado. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Luís Roberto Tavares, que iniciou parabenizando a Vereadora Daniela Dalben pela assunção à vereança. Prosseguindo, registrou e agradeceu a presença do Vereador João Messias Mariano, PSC, de Santo Antônio de Posse, que visitava a Câmara, juntamente com o Marcelo ‘da Popular’, para trato conjunto dos assuntos da acessibilidade. Com relação à acessibilidade, comentou agenda da Comissão de Acessibilidade, formada pelos Vereadores Dayane Amaro Costa, Presidente, Daniel Santos e ele, orador, que havia se reunido com a Promotora de Justiça, Dra. Cristiane Hillal, procurando informações sobre o cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta – TAC assinado há alguns anos. Também versou sobre a Comissão Especial para acompanhamento das questões de regularização dos loteamentos irregulares e clandestinos, formada pelos Vereadores Daniel Santos, Laércio Pires e ele, orador, adicionado o Vereador Leonardo Zaniboni, afirmando que estavam desenvolvendo um trabalho inicial de identificação de loteamentos, num total de quinze, e que, o Jardim Europa não fazia parte deste rol. Sobre isto, relatou visita à sede da Companhia de Desenvolvimento Habitacional – CDHU, para encontro com o Secretário de Habitação, na tentativa de incluir o Jardim Europa e o Novacoop na análise do Programa de Regularização denominado ‘Cidade Legal’, objetivando sua imediata regularização. “Estamos aguardando um parecer a respeito desse pedido, por parte do Secretário, e se não houver condições, eles mesmos vão nos orientar de como proceder de outra forma”, completou o Vereador. Com relação à ETEC Pedro Ferreira Alves, o Vereador disse que também tinha estado na escola, representado o Governo do Estado na visita, ao lado dos pares Dayane Amaro, Waldemar Marcurio, Luiz Guarnieri, Manoel Palomino e Laércio Pires, e que, o problema era muito sério na escola técnica, em relação à estrutura de algumas salas, à falta de condições para o intervalo da merenda, que era digerida em pé, ou com os



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

alunos sentados no chão, haja vista as poucas cadeiras e mesas, existentes em número insuficiente para todos, e à questão do piso salarial dos professores. “Vamos nos reunir para analisar e concluir o que faremos, ou se iremos constituir comissão para acompanhar o pedido melhorias, ou qualquer outra disposição, mas importante é destacar que estamos unidos pela ETEC”, salientou, encerrando o seu discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador João Antonio Pires Gonçalves que, de início, deu as boas vindas à nova Vereadora Daniela Dalben Mota, destacando a sua competência notória e colocando-se à disposição para qualquer auxílio. Prosseguindo, noticiou a todos que estivera em São Paulo, no último dia 17, para entregar em mãos dos deputados Baleia Rossi e Jorge Caruzzo, ambos PMDB/SP, um pedido de verba de duzentos mil reais, verba esta já deferida para o segundo semestre de 2013, para ser utilizada na área da saúde municipal, objetivamente na aquisição de um aparelho de endoscopia e coloscopia. “No ano de 2012, a Prefeitura realizou setecentos e quarenta e dois exames desse tipo e neste ano, 2013, de seu início até agora, já foram realizados cento e noventa e cinco exames, o que nos mostra o quanto esta verba será útil ao nosso Município, porque a Prefeitura vai economizar trezentos e sessenta mil reais/ano com a aquisição do novo aparelho, portanto, eu agradeço aos deputados do PMDB e digo ainda, que estou, realmente, muito feliz, pois esta é a primeira verba que consigo junto a um nosso deputado, voltada para uma boa causa em Mogi Mirim”, disse, para finalizar, o Vereador João Antonio Pires Gonçalves. O próximo orador inscrito foi o Vereador Luiz Antônio Guarnieri que, desde logo, deu as boas vindas à Vereadora Daniela Dalben, afirmando que sua presença engrandeceria ainda mais o Legislativo Mogimiriano. Em relação à reunião ocorrida na Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim, o Vereador lamentou a ausência da maioria dos Vereadores, disse que o importante seriam as futuras ações empreendidas para alavancar o financeiro da entidade, porque era esse o único hospital da cidade, seus números em déficit



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

eram enormes, seus problemas ainda maiores, e que, a maior reclamação colocada pelos dirigentes do hospital havia sido acerca das Unidades Básicas de Saúde – UBSs, que não descentralizavam o atendimento, afunilando-o no hospital do centro da cidade. “O Provedor Dílson Guarnieri e seus diretores nos colocaram várias questões e fizeram diversas reclamações a respeito das UBSs e ainda, alegaram que o dinheiro repassado à Santa Casa pela Prefeitura não é suficiente, pois o hospital fatura três milhões/mês, enquanto que seu déficit é de trezentos mil/mês”, aclarou o Edil. O Vereador prosseguiu, dizendo que o próximo passo era ouvir o lado da Prefeitura Municipal, através do Secretário de Governo Gabriel Mazon Tóffoli, objetivando uma correta postura de análise de ambas as posições, buscando coerência e conhecimento de causa, para ciência plena da situação financeira da entidade e do repasse da Prefeitura, de uma forma geral. “Vamos analisar as principais necessidades da Santa Casa, vamos juntos trocar ideias e informações e vamos conseguir algumas conquistas para o nosso hospital e, quem sabe, façamos uma nova visita em maio, pra nova troca de informações”, salientou. Abordando, a seguir, a situação da EE Valério Strang, que estava sem acesso à Rede Mundial de Computadores e havia trazido a reclamação até a Casa, através da presença de seus alunos e professores, o Vereador explicou que procurara informações, via requerimento, e que a Dirigente Regional de Ensino havia dito que o processo estava em licitação, não sendo apenas a Valério Strang a única escola em tal situação, mas também a EE Rodrigues Alves, pedindo ainda, aos Vereadores do PSDB, que intercedessem na questão, porque era decisão em nível estadual, procurando acelerar uma solução o quanto antes. Com relação à visita feita pelos Vereadores à ETEC Pedro Ferreira Alves, em função de manifestação ocorrida na última sexta-feira, na rua, em frente ao Paço Municipal, o Vereador colocou que verificara, realmente, a depreciação do prédio da escola, as máquinas de torno, que eram de tecnologia muito antiga, lembrando ainda, da questão do salário dos professores. “A



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

situação do professor não é tão simples assim, existe também o problema na hora da refeição, a quantidade de alunos aumentou, o espaço físico não acompanhou a progressão dos estudantes e há toda uma estrutura que precisa ser revista, porque, por exemplo, o setor de manutenção tem trinta e sete computadores parados, por falta de manutenção, e, portanto, são coisas que podemos interceder, assim, peço a ajuda dos Vereadores do PSDB, para talvez um manifesto junto à Secretaria de Educação do Estado, na tentativa de agilização da conquista das reivindicações todas, pois a ETEC Pedro Ferreira Alves é escola importante em Mogi mirim”, salientou, finalizando o seu discurso. O próximo orador a fazer uso da palavra no “Expediente” foi o Vereador Jorge Setoguchi, que deu as boas vindas à Vereadora Daniela Dalben Mota. “Passando o período chuvoso, que vai de janeiro até abril, logo em seguida adentramos na estação da estiagem, portanto, lembro a todos que estamos com nossas estradas completamente debilitadas, porque as chuvas na estação passada foram muito intensas”, considerou o Vereador, para explicar que havia ingressado com indicação, sugerindo uma ‘operação pente fino’, para recuperação de todas as estradas de terra do Município. A seguir, o Vereador versou sobre a Feira Noturna, explicando que havia feito reunião com os artesãos e representantes da administração, quando havia sido colocada a necessidade de ampliação do espaço da feira, para somente depois, acontecer a inclusão dos artesãos locais, motivo que levava o Vereador a ingressar com uma indicação, sugerindo urgentes estudos para ampliação da feira, na tentativa de receber os artesãos, que eram muitos, em número superior a vinte, todos desejosos de participação no mercado ao ar livre. Sobre outro assunto, o Vereador citou encontro com o Deputado Guilherme Campos e com a Senadora da República Kátia Abreu, ocasião em que haviam sido tratados assuntos de interesse do Município, tais como a diminuição dos impostos para comercialização do suco de laranja, em território nacional, e a legalização da terceirização da mão de obra no período da colheita. Também versou sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Comissão Especial para acompanhamento das questões de regularização dos loteamentos irregulares e clandestinos e sobre a reunião ocorrida na sede da Federação Meridional de Cooperativas Agropecuárias, figura jurídica atual proprietária da área do loteamento irregular Novacoop, com seu presidente Francisco e o advogado Francis, os quais tinham demonstrado grande interesse na legalização do Novacoop. “Estaremos juntos, trabalhando neste objetivo”, disse, em derradeiro, o Vereador do PSC. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Daniel Gasparini dos Santos, que parabenizou o Vereador Luiz Guarnieri pela articulação da reunião com os membros da Mesa Diretora da Santa Casa, destacando que havia obtido uma excelente explanação na ocasião, explicações que o fizeram compreender toda a situação, motivo pelo qual sugeria que o Dr. Ary Macedo, Secretário de Saúde, fosse convidado para o próximo encontro, para que ele esclarecesse a todos em relação aos vários problemas referentes às UBSs da cidade e também, para dizer por que a descentralização do atendimento da saúde não acontecia. A seguir, o Vereador parabenizou os dirigentes, a equipe técnica, os jogadores e a torcida do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC pela brilhante campanha no Paulistão 2013, classificado que estava em segundo lugar, frisando que este fato elevava, nacionalmente, o nome da cidade. Versando sobre o seu requerimento, através do qual solicitou a realização de palestra informativa da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, através da Gerência de Trânsito e Transporte, para os motoristas de veículos do transporte escolar, o Edil destacou que sua propositura se diferenciava do pedido de realização de audiência pública, já proposto pela Vereadora Luzia C. C. Nogueira e aprovado, porque a palestra era algo informal, que propiciaria aos motoristas que colocassem abertamente suas opiniões. “A palestra é aberta, para que os motoristas coloquem suas opiniões e foi por isso que eu fiz o requerimento, porque há uma pequena diferença”, explicou, encerrando sua fala o Vereador do PV. Como o próximo orador inscrito, Vereador Osvaldo Aparecido



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Quaglio, desistisse da palavra, fez uso da mesma, na sequência, o Vereador Cinoê Duzo, que teceu agradecimentos ao Prefeito, enumerando-os. “Vejo aqui, a presença do assessor do Prefeito, Wagner Davanço, e lhe peço que transmita meus agradecimentos ao Excelentíssimo Prefeito Gustavo Stupp, porque eu quero agradecer algumas coisas, tais como: agradecer pela falta de medicamentos nas UBSs; agradecer pelo abandono do Zerão, que está um verdadeiro pântano; agradecer pelo trânsito horroroso da cidade; agradecer pela lentidão na conclusão das obras do Horto Florestal; agradecer pela falta de ampliação das ciclovias da cidade; agradecer pelo abandono do Distrito de Martim Francisco, Jardim Planalto e zona rural; agradecer pela insensibilidade demonstrada com a retirada dos radares, que estavam instalados nos pontos críticos e perigosos da cidade, colocando em perigo vida muitos cidadãos; agradecer por não construir um terminal de ônibus e assim, tratar desumanamente a população; agradecer pelo recorde de deixar a zona norte dois dias seguidos sem água; por jogar fora o dinheiro público, alugando um imóvel para abrigar seu gabinete; agradecer pela desmotivação que se observa no funcionário público, haja vista o aumento de cinquenta por cento, aprovado para os super-homens e super mulheres Secretários de Governo, enquanto também espero que os trinta e três ponto trinta e três por cento, propostos para o funcionalismo, sejam aprovados com tanta rapidez, como foi o aumento dos competentes secretários municipais; agradecer pela precariedade dos prédios das creches e escolas do município, sem sequer mencionar as estaduais e técnicas do sistema educacional, portanto, meus sinceros agradecimentos, por todos estes itens”. O Vereador encerrou sua fala. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, que assim como o Vereador Daniel Santos, teceu elogios à equipe do Mogi Mirim Esporte Clube – MMEC. “Após vários anos sem comparecer ao estádio, eu fui ao jogo, no domingo, e fiquei muito feliz, estou empolgada com nosso time, que fez uma campanha boa, deu um show no



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

último jogo, e eu torço pelo MMEC, para que cresça e leve o nome da cidade por todo o Brasil”, explanou a Vereadora. Na sequência, desejou as boas vindas a Vereadora Daniela Dalben, desde logo a integrando na Bancada Feminina da Câmara, para futuras ações em prol do gênero feminino. A seguir, a Vereadora justificou sua ausência na reunião realizada na Santa Casa de Misericórdia, explicando que já comparecera em oito reuniões sobre o tema, que tinha aulas na faculdade e que delas não poderia faltar, sugerindo que a próxima reunião fosse ao período matutino, para que conseguisse comparecer, porém, fazendo outras observações. “O problema todo são os oito anos do governo de Carlos Nelson Bueno, que foram um desastre para a Santa Casa; o ex-prefeito devastou o hospital, porque ele não conseguia dialogar com os dirigentes da Santa Casa”, colocou a Vereadora, dizendo ainda, que atualmente os tempos eram outros, que existia um novo governo municipal e, certamente, em sua opinião, o novo governo municipal iria dialogar, conversar e acertar a situação. A Vereadora lembrou que existiam declarações do Prefeito Gustavo Stupp, dizendo que não seria irresponsável ao ponto de pensar num hospital municipal, mas seu objetivo era o fortalecer a Santa Casa, que era o hospital ‘de todos’. “Tenho um carinho muito grande pela Santa Casa, nasci lá, minhas filhas nasceram lá, e tudo o que eu puder fazer para que aquele hospital dê certo eu tentarei fazer, lembrando sempre, que se não tivermos o apoio do Poder Executivo no diálogo, nada será conseguido”, destacou. Com relação à convocação do Dr. Ary Macedo, Secretário de Saúde, para comparecimento na Casa, assunto objeto de requerimento incluso na pauta da “Ordem do Dia”, a Vereadora disse que era contrária à convocação, pelo mesmo motivo o qual fora contrária também ao requerimento da Vereadora Luzia C. C. Nogueira, rejeitado no “Expediente” da sessão, porque, em sua opinião, o vereador deveria, primeiramente, agendar com o Secretário, visitar o departamento, conversar, perguntar e verificar a real situação, ao invés de propor reuniões grandes, onde não se conseguia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

qualquer solução. “Às vezes, é melhor fazer ações individuais, para chegar num consenso, que vá atingir toda a coletividade e, por isso, sou contra convocação, que só deve ocorrer no caso da falta do diálogo inicial, como último recurso de apelação, porque se assim não for, penso que fique parecendo politicagem a convocação aqui, para prestação de depoimentos, se nada há comprovado, ou denunciado, como foi o caso de hoje”, aclarou a Vereadora do PR. “Desculpe-me Luzia, mas fui contrária à Comissão de Investigação - CI do aluguel, porque, realmente, você pode não concordar que o Prefeito tenha alugado o imóvel, ou que o tenha reformado, todavia, dizer que a conduta está errada, dizer que o caso precisa de investigação, isto só será possível se você fizer a investigação prévia, apresentar provas para a Casa e daí sim, nós aprovaremos a CI, mas sem prova alguma, fica muito complicado e é contra os meus princípios, enquanto legisladora”, disse, finalizando seu discurso. Ato contínuo, fez uso da palavra o Presidente da Câmara, Vereador Benedito José do Couto, para registrar e agradecer a presença do Vereador João Messias Mariano, PSC, de Santo Antônio de Posse, que hoje visitava a Câmara, juntamente com o Marcelo ‘da Popular’, frisando que a Câmara de Mogi Mirim se sentia honrada com tais presenças. Não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente suspendeu a Sessão às 20h14, conforme o disposto no Artigo 105, da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). Decorrido o interstício regimental a que se refere o citado dispositivo e depois de nova chamada nominal dos Srs. Vereadores, conforme o disposto no Artigo 112, § 1º, da já citada Resolução, ao fim da qual constatou-se a totalidade dos membros da Casa, o Sr. Presidente deu por iniciados os trabalhos da "**ORDEM DO DIA**", submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM TURNO ÚNICO**: “**ex-vi**” do disposto no §1º, I, do Artigo 171 do Regimento Interno: 1. Projeto de Lei nº 19, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer e dando outras providências”. Parecer, *com emenda*, da Comissão de Justiça e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Redação e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 19/2013, do Prefeito Municipal e emenda); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 2. Projeto de Lei nº 20, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre a criação do Fundo Municipal de Esporte e Lazer e dando outras providências”. Parecer, *com emenda*, da Comissão de Justiça e Redação e Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 20/2013, do Prefeito Municipal e emenda); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 3. Projeto de Lei nº 26, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivos da Lei Municipal nº 5.073, de 2011, que dispõe sobre a proteção ao bem-estar e ao sossego público”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 26/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); 4. Projeto de Lei nº 27, de 2013, de autoria do Prefeito Municipal, “dispondo sobre alteração de dispositivos das Leis Municipais nº. 4.891/09, 5.308/12 e 5.337/12, que tratam da Lei sobre o Plano Plurianual, da Lei que estabelece as Diretrizes e da Lei do Orçamento Geral do Município, respectivamente”. Parecer conjunto das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças e Orçamento; (colocado a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Lei nº 27/2013, do Prefeito Municipal); (à sanção do Senhor Prefeito Municipal); **“ex-vi” do disposto no Artigo 171, do Regimento Interno:** 5. Projeto de Decreto Legislativo nº 01, de 2013, de iniciativa do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio e outros, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Senhor ROGÉRIO MAZZOLA”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (submetido a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 01/2013, do Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

outros); (à Presidência da Câmara para promulgar, conforme reza o Artigo 18, I, “i”; IV, “a”, do Regimento Interno); 6. Projeto de Decreto Legislativo nº 02, de 2013, de iniciativa do Vereador Luís Roberto Tavares e outros, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Reverendíssimo Bispo da Diocese de Amparo DOM PEDRO CARLOS CIPOLINI”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2013, do Vereador Luís Roberto Tavares e outros); (à Presidência da Câmara para promulgar, conforme reza o Artigo 18, I, “i”; IV, “a”, do Regimento Interno); 7. Projeto de Decreto Legislativo nº 03, de 2013, de iniciativa da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, “concedendo o Título de Cidadão Mogimiriano ao Frei PAULO EDUARDO MELO T.O.R.”. Parecer da Comissão de Justiça e Redação; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por unanimidade, Turno Único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2013, da Vereadora Márcia Róttoli de O. Masotti e outros); (à Presidência da Câmara para promulgar, conforme reza o Artigo 18, I, “i”; IV, “a”, do Regimento Interno); **“ex-vi” do disposto no §2º, I, do Artigo 171 do Regimento Interno:** 8. Requerimento nº 301/2013, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “encaminhando abaixo assinado ao Executivo Municipal, solicitando a permanência do funcionário Antonio Bertazzoli Neto, como responsável do setor de transporte no Departamento de Saúde”. Para discussão a pedido do Vereador Waldemar Marcurio Filho, fez este o uso da palavra, para esclarecer que não conhecia o funcionário em referência, mas que tinha sim, depoimentos de alguns motoristas e, principalmente, de munícipes, em grande quantidade, mais de trinta pessoas, que tinham necessitado do serviço público do transporte da Secretaria de Saúde, sendo muito mal atendidos pelo funcionário, afirmando, igualmente, que a Vereadora Dayane Amaro Costa forneceria informações adicionais. Acentuou que o vereador era eleito pelo município, para representá-lo; que era o munícipe a pessoa a realmente



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

precisar do serviço público; que o vereador não devia ser amigo deste, ou daquele, mas amigo de todos; que as histórias trazidas em relação ao Sr. Bertazzoli Neto eram ‘demais’, como, por exemplo, ceder transporte em ônibus para pessoas paraplégicas, ou transporte para obesas mórbidas, em ambulâncias, sem um auxiliar para ajudar o motorista; que o funcionário Bertazzoli Neto, quando no exercício do cargo do qual fora transferido, detinha o poder de ceder o transporte a quem ele quisesse e não a todos. O Vereador reafirmou que nada de pessoal havia de sua parte contra o funcionário, mas que iria ‘bater de frente’ pelo não retorno de Bertazzoli Neto ao antigo posto, mesmo porque, atualmente, sem a sua presença, o departamento estava fluindo, tranquilamente. Fez referência também ao Vereador Leonardo Zaniboni, que estivera na mesma reunião que o orador, quando as reclamações a respeito do funcionário tinham surgido a ambos, quando deles havia sido requerida uma postura de busca por informações, que corroborassem a denúncia. O Vereador repetiu que não tinha o intuito de perseguir ninguém, mas que ‘iria para cima’ de qualquer um que não atuasse em benefício da coletividade. “Seremos os usuários de amanhã e temos que deixar de lado ‘amizades’, ‘amicíssimos’, porque o importante é que o departamento flua”, frisou. Recordou que muitas pessoas necessitavam do serviço do transporte na área da saúde, como, por exemplo, a Vereadora Dayane Amaro Costa, que já havia necessitado do serviço no passado. “A Dayane já precisou do serviço e dará seu depoimento também, mas digo novamente que eu não conheço, não precisei usar ambulância, só pedi a discussão porque, hoje, o departamento flui bem, com dignidade, e se o departamento flui bem, com, ou sem o funcionário, é o que eu quero, quero que flua, e não é algo pessoal”, declarou, concluindo seu discurso, o Vereador do PT. Fez uso da palavra, ato contínuo, a Vereadora Dayane Amaro Costa que, desde logo, disse que estava na Câmara como legisladora, para representar o povo, e que, como representante deveria falar daquilo que tinha escutado da maioria. “Recebi muitas



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

reclamações a respeito do horário, das condições de atendimento e transporte, diversas mães de crianças com algum tipo de deficiência me ligaram”, afirmou a Vereadora, enquanto também disse, que não estava na tribuna para criticar, nem para mostrar qual era a melhor saída, se a demissão do funcionário, ou não, porque não sabia dessas coisas, todavia, reafirmou que eram muitas as reclamações e que, se o número delas era tão alto, certamente algo não caminhava bem. “Eu já precisei desse tipo de transporte, por ocasião de meu acidente, e é realmente muito difícil ficar o dia todo esperando pelo retorno do transporte, quando se tem uma consulta pela manhã e se fica o dia todo esperando a volta para casa”, explanou. “Acho que o Prefeito tem que tomar ações, ele tomou uma decisão, não posso avaliar se foi a melhor decisão, e concordo com a atitude do Vereador Waldemar Marcurio em desejar discutir o requerimento”, exprimiu-se a Vereadora do PDT, finalizando sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Laércio Rocha Pires. Este analisou a questão sobre outro aspecto e colocou que o próprio funcionário Bertazzoli Neto ficaria desconfortável com o retorno à sua antiga função, depois de tantas discussões a seu respeito. “Empurrar o retorno do funcionário ‘goela abaixo’ não é ‘legal’; vai ficar desconfortável; a coisa não vai caminhar, eu estive conversando com ele, com o Bertazzoli Neto, e parece que não fazem questão de seu retorno por lá, mas eu vou votar a favor do requerimento da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros”, expressou o Vereador e, por fim, sugeriu à Vereadora que retirasse o seu requerimento, para evitar constrangimentos. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Leonardo Zaniboni, que foi citado e se dirigiu à tribuna para dar seu depoimento dos fatos, dizendo que estivera em uma reunião na casa de algumas pessoas; que elas tinham feito inúmeras reclamações a respeito do funcionário em referência; que não o conhecia pessoalmente, tampouco sabia de sua capacidade profissional e que, tinha imediatamente sugerido ao Vereador Waldemar Marcurio que escutassem o outro lado, ou seja, o lado do funcionário, saber



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

o porquê de tantas reclamações contra ele, mas que, prestes a procurá-lo, o Vereador havia sido surpreendido pela coincidência de sua remoção da função de coordenador do transporte, na área da saúde. “Falei que deveríamos ouvir o outro lado, mas o povo já devia estar fazendo alguma manifestação muito forte, ou pressão muito grande, porque, coincidentemente, logo após a tal reunião, retiraram o Bertazzoli Neto e colocaram outra pessoa em seu lugar, portanto, quero esclarecer, para que não parem dúvidas, que o Vereador Waldemar e eu escutamos um lado e não tivemos sequer tempo de escutar o outro lado, o do funcionário, porque ele já tinha sido retirado da função, e o Vereador Waldemar Marcurio e eu não tivemos nada a ver com isso”, pormenorizou o Vereador do PR. Para encerrar, o Vereador ponderou se não era esta, a hora de, finalmente, escutar ambos os lados. “Se trocaram o funcionário, foi porque muitos pediram pra trocar e, agora, muitos outros pedem para retornar, portanto, penso que se a questão causa polêmica, que talvez seja a hora de escutar os dois lados”, disse, concluindo. O próximo orador a discutir o Requerimento nº 301 /2013 foi o Vereador João Antonio Pires Gonçalves, que disse que respeitava a opinião de todos os vereadores, bem como todos os pronunciamentos em relação ao funcionário Bertazzoli Neto, todavia, queria também ele se posicionar, dizendo que votaria favoravelmente ao requerimento da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, afirmando que conhecia o funcionário e muito bem; que nunca, em tantos anos de vereança, tinha recebido qualquer reclamação a seu respeito, que pelo contrário, haviam sido muitos os elogios e que, se votasse contrariamente à propositura, que encaminhava o abaixo-assinado, estaria agindo contra seus próprios princípios. “Por que será que o departamento está caminhando agora? Não serão as condições, que foram propiciadas somente agora, na nova administração?”, perguntou o Edil, também comparando o número de reclamação, cerca de cinquenta, aos números do transporte na área da saúde, destacando que inúmeros usuários tinham utilizado o serviço,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ao longo dos dezesseis anos em que o funcionário deteve a função. “Quantos transportes ele fez, para agora termos trinta, quarenta, cinquenta reclamações, porque se ponderarmos na balança, o trabalho dele foi bem feito”, articulou. “Conheço o Bertazzoli Neto, sei de sua capacidade; não conversei com ele e pode até ser que ele fique constrangido; não conheço a pessoa que o substituiu, e se aprovado o requerimento, isto também não quer dizer que a administração o recoloque, mas quero apenas dizer que eu não conseguiria dormir, se eu votasse contra o requerimento”, declarou, em derradeiro, o Vereador do PMDB. A seguir, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, para dar o seu testemunho, dizendo que era assistente social da administração municipal há mais de dez anos, que durante este tempo tinha convivido com o funcionário Bertazzoli Neto e sua equipe; que ele não era o chefe do setor, porque acima dele existia um superior hierárquico; que ela também laborava dia a dia com a população; que a população reclamava daquilo que a incomodava; que até hoje, sobre o tal funcionário, ela tinha escutado elogios em número maior do que reclamações, ou seja, um índice de aprovação superior ao de reclamação; que o admirava, haja vista a grande limitação de recursos financeiros que havia existido no passado próximo; que era um direito, uma prerrogativa do Chefe do Executivo a escolha dos funcionários para as diversas funções da administração, conforme o interesse e adequações, e que, votaria favoravelmente ao Requerimento nº 301/2013. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, reportando-se às palavras da Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, concordando que a escolha dos cargos comissionados cabia exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo. “Este funcionário não perdeu o seu emprego, ele perdeu a Função Garantida – FG, e quem assumiu o posto é pessoa de confiança do Chefe do Executivo, pois se sabe, cabe ao Executivo à escolha dos cargos e não ao Legislativo, mas aqui não nos cabe discutir se a conduta foi boa, ou ruim, pois precisaríamos de muitos levantamos e porque aqui se trata de



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

aprovarmos, ou não, um requerimento que encaminha um abaixo-assinado da população”, explicou a Vereadora. A Vereadora afirmou que o requerimento era um encaminhamento de um pedido da população ao Prefeito, que não votaria contra, porque não seria ela a ‘barrar’, impedir que um abaixo-assinado da população chegasse às mãos do Prefeito Municipal, a pessoa certa para dar o retorno da solicitação aos signatários. “Voto favorável, o Chefe do Executivo é que deve dar o retorno e este requerimento, é um encaminhamento de abaixo-assinado e quem vai decidir se o funcionário retorna, ou não, é o Poder Executivo”, versou, encerrando sua participação. A seguir, retornou para discutir, desta vez como Líder, o Vereador Waldemar Marcurio Filho, repetindo que não conhecia o funcionário; que se espantava diante do fato dos vereadores com mais tempo de Casa nunca terem escutado nada contra o referido servidor; que todos tinham noção de que os chefes, a pedido das autoridades, atendiam pedidos individuais, dando um ‘jeitinho’, que isto não deveria ocorrer, ou seja, a intercessão de vereadores para que o serviço tivesse um bom atendimento, porque isto sim, era ‘complicado demais’. O Vereador repudiou este modo de agir, dizendo que o munícipe não deveria ter que pedir a intercessão de um vereador, para somente dessa forma conseguir um serviço que lhe era de direito. “O funcionário passou por várias administrações, mas quem reclama são os munícipes, os humildes que não sabem nem para quem reclamar e talvez por isso, muita coisa nem tenha chegado ao conhecimento desta Casa, mas eu, com três meses de mandato tenho uma pilha de reclamações contra ele, portanto, espantame ver vereadores com dois, três mandatos, não terem recebido reclamação alguma, e fica o meu repúdio em relação ao retorno do funcionário para o departamento”, destacou, concluindo seu discurso. A seguir, fez uso da palavra o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, que desde logo, disse concordar com a fala da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti, porque se tratava de um requerimento de encaminhamento. “Eu concordo com a Vereadora Márcia



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Masotti, porque é apenas um encaminhamento de abaixo-assinado; esta discussão é vã, porque o direito de colocar, ou retirar quem quer que seja de sua função é do Poder Executivo, que age da forma como acredita seja a melhor para administrar os serviços na cidade e é o Prefeito quem vai decidir o que fazer, se vai atender, ou não, à solicitação dos signatários, portanto, não estou entendendo o porquê desta discussão, nosso dever é apenas votar”, declarou o Vereador, ao mesmo tempo em que se posicionou favorável à proposição. Por fim o Vereador do PSDB verbalizou que seria antiético barrar o encaminhamento de um abaixo-assinado da população ao Prefeito; (posto a votos, sessão de hoje, a Câmara aprovou, por quinze (15) votos favoráveis a um (01) voto contrário, Turno Único, o Requerimento nº 301/2013, da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros); (oficie-se como requer); 9. Requerimento nº 303/2013, de iniciativa da Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, “convocando o Senhor Dr. Ary Augusto Reis de Macedo, Secretário de Saúde, para prestar contas sobre cem dias de administração à frente do Departamento de Saúde”. Para discussão a pedido da Vereadora Márcia Róttoli de Oliveira Masotti. Antes, todavia, de submeter tal matéria à discussão, o Senhor Presidente deu ciência para a Casa, através de leitura, do Requerimento nº 331/2013, de autoria da nobre Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, solicitando, na forma do inciso VII, do Artigo 156, combinado com os Artigos 113, § 5º, III e 163 §2º, da Resolução nº 276/2010, a *retirada e conseqüente arquivamento* do Requerimento nº 303/2013, constante da Pauta da “Ordem do Dia” da presente sessão, o que foi aprovado, unanimemente; (retire-se; archive-se). Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", o Sr. Presidente passou, desde logo, à parte dos trabalhos reservada à "**EXPLICACÃO PESSOAL**", conforme determinam os Artigos 114 e 115 da Resolução nº 276/2010 (Regimento Interno vigente). O primeiro orador a fazer uso da palavra, nesta parte dos trabalhos, foi a Vereadora Daniela Dalben Mota, para convidar a todos para o Fórum da Saúde, iniciativa



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

da administração a realizar-se nos dias 25 e 26 de abril de 2013, às 8 horas, com lugar na Estação Educação, para mapeamento da situação da saúde no Município e explicações correlatas. O próximo orador foi o Vereador Waldemar Marcurio Filho, que fez uso da palavra para informar a respeito da visita feita pelos vereadores à ETEC Pedro Ferreira Alves, exprimindo que os alunos, realmente, faziam as refeições em pé; que não havia um refeitório adequado ao contingente do corpo discente, que a estrutura do prédio estava precária, apresentando trincas e que, os equipamentos utilizados para o ensino prático das matérias, tais como tornos e outros, eram muito inadequados e antigos, datados de 1968, 1974, causando, desta forma, prejuízo ao ensino e à aprendizagem. “Vamos manter conversações, porque o que puder se feito em benefício à ETEC será feito, foi muito instrutiva a visita e eu conto com o apoio dos colegas para o que for possível, em prol daquela unidade escolar”, declarou, encerrando o Vereador do PT. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Maria Helena Scudeler de Barros, desejando às boas vindas à Vereadora Daniela Dalben Mota e também sucesso na difícil jornada da vereança. A seguir, deu ciência à Casa de ofício, assinado pelo Dr. Ary Macedo, Secretário Municipal de Saúde, comunicando seu desejo de estar presente na Câmara Municipal, no dia 13 de maio de 2013, inquirindo do Presidente da Edilidade, Vereador Benedito do Couto, se havia consentimento de sua parte. Recebendo uma resposta afirmativa, a Vereadora agradeceu e encerrou sua participação. A próxima oradora inscrita foi a Vereadora Dayane Amaro Costa, que explicou seu voto favorável ao Requerimento nº 301/2013, dizendo que tinha se posicionado favoravelmente à propositura, após alguma reflexão. “Eu ouvi reclamações de munícipes em relação ao funcionário e eu dei meu depoimento, contando que passei por um momento difícil, quando precisei do transporte da saúde, mas, por outro lado, eu não posso calar a boca da população que encaminha o abaixo-assinado”, declarou. “Nosso papel é fiscalizar e tentar fazer o melhor pela população”, completou.



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Sobre outro assunto, a Vereadora manifestou sua alegria em verificar que as rampas de acessibilidade estavam sendo implantadas na cidade, em atendimento a uma sua solicitação. Com relação à ETEC Pedro Ferreira Alves, a Vereadora relatou a visita feita pelos vereadores, lembrando-se dos tempos quando ainda era estudante daquela unidade escolar, afirmando que, atualmente, a escola estava bastante judiada e que, se os estudantes tinham chegado ao ponto de protestar, era porque a situação deveria estar precária, realmente. “Também recebi algumas reclamações contra o Serviço de Águas – SAAE de Mogi Mirim, de pessoas que afirmaram que depois da troca de hidrômetros, o relógio passou a registrar gastos superiores, então, penso que temos que investigar isso também”, frisou a Vereadora, reportando-se sobre outro tópico. Para encerrar, a Vereadora do PDT parabenizou o time e a direção do MMEC, declarando-se muito feliz pelas vitórias e porque o time local estava engrandecendo a cidade pelo esporte, algo muito importante e que incentivava os jovens. Na sequência, fez uso da palavra a Vereadora Luzia Cristina C. Nogueira, que comentou os problemas da ETEC Pedro Ferreira Alves, ponderando que a escola era a única do Município com ensino na área específica; que a indústria e o comércio, em virtude do atual mercado, exigiam qualificação e experiência, por isso a escola era básica ao Município, que, no passado, a ETEC havia transposto uma situação de quase falência e que, em razão disso, a administração do passado havia decidido agrupar esforços do PSDB, da Associação de Pais e Mestres – APM da escola e de representantes da indústria e comércio locais, que juntos haviam trabalhado e conseguido revigorar e fortalecer a escola. “Temos que preparar nossos jovens para competir devidamente no mercado de trabalho, razão pela qual devemos preservar a ETEC Pedro Ferreira Alves”, disse a Vereadora do PSB, concluindo sua fala. O próximo Vereador a fazer uso da palavra em “Explicação Pessoal” foi o Vereador Leonardo David Zaniboni. Este iniciou, comentando as questões correlatas à Santa Casa de Misericórdia de Mogi Mirim,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

dizendo que havia visitado o hospital no começo do ano e que, as maiores reclamações dos provedores era contra a tabela do convênio médico UNIMED, porque a tabela do convênio para Mogi Mirim era cerca de um/terço do valor da tabela do convênio para a cidade de Rio Claro, por exemplo, o que levava o Vereador a pensar que seria uma boa ação tentar reaproximar a Santa Casa da UNIMED. “Por que a tabela da UNIMED para Mogi Mirim não cobre os custos e em Rio Claro ela cobre? Por quê?”, perguntou o Vereador. Aproveitando notícia veiculada nos jornais do último final de semana, que relatava o desejo da administração em modificar o trânsito de algumas partes da cidade, o Vereador defendeu a abertura de rua no centro da praça, para um traçado que viesse desde o alto da Rua Padre Roque, em declive até a Praça da Bandeira, passando justamente por esta rua sugerida, que cortaria a praça do centro da cidade ao meio, desviando do Coreto, este tombado por lei municipal. “Eu acho que temos que abrir a praça ao meio, descer a Rua Padre Roque até o Colégio Imaculada, fazendo a Rua José Bonifácio o corredor de subida até o Zerão, numa reta só, e eu vou defender tal ideia durante os quatro anos de meu mandato”, afirmou. Por fim, inquirido sobre qual destino levaria a fonte central da praça, o Vereador sugeriu que fosse retirada também, mesmo porque esta só ficava iluminada durante os festejos de Natal, e, para encerrar, declarou que defenderia a abertura da praça ao meio, para implantação de uma rua, até o final de seu mandato. O próximo orador a fazer uso da palavra foi o Vereador Laércio Rocha Pires, que também versou a respeito da reunião realizada na Santa Casa de Misericórdia, questionando como pôde a entidade pagar vinte mil reais de salário a um cidadão, o ex-diretor da Santa Casa, Ronaldo Carvalho, enquanto o hospital vivia com suas finanças deficitárias, afirmando que se aquela direção continuasse, a Santa Casa teria, faltamente, falido. Acerca do Projeto de Lei nº 19/ 2013, que dispôs sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer, e do Projeto de Lei nº 20/2013, que dispôs sobre a criação do Fundo Municipal de Esporte e



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

Lazer, lidos na presente sessão, o Vereador comunicou publicamente que a iniciativa de ambos era devida ao Sr. Pablo Cortez, filiado ao MD, filho do ex-vereador Luiz Carlos Fernandes Cortez, o Boca. Por fim, rebateu matéria publicada em jornal do final de semana, que havia escrito, erroneamente, que ele, Vereador Laércio Pires, era filiado ao PT. “Saiu no jornal que eu sou do PT, por favor, eu não sou PT, sou MD e peço ao jornal O Impacto que não ligue meu nome à quadrilha do Governo Federal”, salientou, encerrando sua fala. Na sequência, fez uso da palavra o Vereador Luiz Antônio Guarnieri, primeiramente, convidando todos os presentes para a prova da Associação Brasileira de Hipismo Rural – ABHIR, com lugar no Centro Comunitário Rural de Mogi Mirim, nos dias 27 e 28 de abril, final de semana próximo futuro. “Há até projeto de minha parte, para tornar a data parte do Calendário Oficial do Município, haja vista que se trata de prova muito bonita, com cavalos, cavaleiros e amazonas, e será um dia para desfrute de a família mogimiriana, com a parte social explorada pelo Lar São Francisco de Assis, com salgados e doces”, completou o Edil. Com relação à fala do Vereador Leonardo Zaniboni, o Vereador do PT também destacou acerca da tabela da UNIMED, das reclamações da Santa Casa, explicando que o problema se arrastava desde 2012, que o convênio alegava questões da parte comercial, elucidando que a queda do seu faturamento, por rompimento de contrato com grandes empresas, tais como a International Paper, havia levado o convênio, inevitavelmente, ao corte de despesas, afetando diretamente a Santa Casa. Por outro lado, prosseguiu o Vereador, a Santa Casa não poderia permanecer imprudente, na dependência somente da UNIMED, mas deveria buscar contrato com outros convênios. “Nós temos que ficar atentos para todas as coisas, o tema da UNIMED é bastante complexo, pois o que falta, no meu entendimento, é uma simples coerência de valores dos serviços, algo que tem decrescido nos últimos anos”, declarou. O Vereador do PT continuou se dirigindo ao Vereador Leonardo Zaniboni, desta vez, dizendo que ele, Leonardo, tinha recebido uma batida na cabeça, haja



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

vista sua ideia de cortar a praça ao meio, através da abertura de uma via. “Temos que preservar o pouco de história que ainda sobrou em Mogi Mirim, enaltecê-la, porque perdemos casarões centenários na cidade, por falta de uma política de preservação de patrimônios” frisou, ao mesmo tempo em que elogiou a iniciativa do Vereador Manoel Palomino, que havia remetido minuta de projeto ao Prefeito Municipal, dispendo sobre a obrigatoriedade de consulta, junto ao Conselho Municipal de Cultura e ao Centro de Documentação Histórica ‘Joaquim Firmino de Araújo Cunha’, para autorização de qualquer tipo de demolição de edificação, no Município de Mogi Mirim. “Em minha opinião o Conselho deve ser deliberativo e não consultivo, porque o patrimônio tem que ser preservado e temos que encontrar alternativas, não se pode destruir ainda mais nosso patrimônio histórico e cultural”, arrematou o Vereador Luiz Antônio Guarnieri. Como os próximos inscritos, Vereadores Jorge Setoguchi, Daniel Gasparini dos Santos e Osvaldo Quaglio, desistissem da palavra, fez uso da mesma o Vereador Cinoê Duzo. Este comentou que havia sido decretada a greve dos professores da rede estadual de ensino, na sexta-feira, dia 19 de abril do corrente, ponderando que os professores eram sempre colocados em último lugar, sempre esquecidos. “Espero que os alunos a ETEC tenham suas reivindicações atendidas e consigam melhores condições para a escola, mas lembro de que os professores são sempre colocados em segundo plano, sempre esquecidos, porque ninguém mais quer ser professor no futuro, isto é grave, é triste, e os professores estão abaixo do nível do mar, em termos salariais, abandonados todos eles, tanto os estaduais, quanto os municipais e os de escolas particulares”, verbalizou. “Nosso país, infelizmente, não valoriza o professor e com todo o respeito a todas as profissões, mas é lamentável ver um país que fala em Copa do Mundo e ao mesmo tempo, não reconhece o seu professor, não o valoriza”, colocou. “Minha homenagem aos meus colegas professores, que são abandonados, e ainda falo que o professor só se alimenta se sobrar o almoço dos alunos”,



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

frisou, referindo-se à merenda da ETEC Pedro Ferreira Alves e concluindo seu discurso, o Vereador Cinoê Duzo. Fez uso da palavra a Vereadora Márcia Róttoli Masotti que versou sobre a Semana Municipal de Leitura, que tinha acontecido em todas as escolas municipais, sem distinção, com muitas atividades, num momento de reflexão sobre os benefícios da leitura, dizendo-se muito feliz, porque a semana havia sido implantada através de lei de sua autoria, lei que estava dando frutos, afirmando que ingressaria com uma moção, congratulando-se com as escolas e com a Secretaria Municipal de Educação. Com relação à classe dos professores, a Vereadora se dirigiu ao Vereador Cinoê Duzo, aclarando que, em relação ao município, o necessário era a reestruturação de cargos, porque o ex-prefeito Carlos Nelson Bueno tinha achatando o plano de carreira do magistério municipal, acabando com a carreira dos professores. “Atualmente, o salário base é de um mil, quinhentos e setenta reais, para ingresso na carreira, e ao término da carreira, depois de vinte e cinco anos de trabalho, o professor vai receber cerca de mil e setecentos reais, e isto, foi o que Carlos Nelson Bueno deixou como herança para o Governo Gustavo Stupp consertar”, elucidou. “Aguardo esta reestruturação, já percebo certo movimento nas escolas, começaram os estudos; amanhã mesmo eu tenho reunião com a Secretária Municipal de Educação, pois não ficarei quieta diante desta injustiça, que aconteceu na educação, em Mogi Mirim, uma vez que precisamos recuperar a nossa dignidade, porque as professoras trabalham muito e bem e são, na grande maioria, profissionais com mais de quinze anos de casa, que trabalham com amor, carinho e eu tenho um compromisso com minha classe, que será cumprido no Governo Gustavo Stupp”, disse para encerrar o seu discurso. Ato contínuo, fez uso da palavra, como Líder, a Vereadora Dayane Amaro Costa, convidando a todos para o encerramento do Concurso de Fotografias para Deficientes Visuais, iniciativa da Gerência de Cultura e parceria com o fotógrafo Carlos Almeida. “Estou muito feliz com este trabalho da gerência e convido todos para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

encerramento, porque é algo totalmente diferente, um trabalho bonito, uma exposição em autorrelevo, executada em parceria com o fotógrafo Carlos Almeida”, definiu. Por fim, lembrou que havia indicado a realização de um desfile de moda inclusiva em Mogi Mirim, nos moldes do desfile que já era realizado na cidade de Indaiatuba. “O desfile não é algo fútil, pelo contrário, porque valoriza as pessoas com deficiência e leva as demais a refletirem sobre a inclusão”, concluiu sua participação a Vereadora Dayane Amaro Costa. Solicitou a palavra, como Líder, artigo 98 do RI, o Vereador Osvaldo Aparecido Quaglio, passando a mesma ao seu liderado, Vereador Luís Roberto Tavares. Este declarou seu apoio à classe dos professores estaduais e às suas justas reivindicações por melhorias na jornada de trabalho, uma luta muito grande. Também declarou o seu apoio à classe da enfermagem e convidou a todos para audiência, da qual iria participar, a realizar-se na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, das 14 às 17 horas, na quinta-feira, dia 25 de abril, para tratar das questões da jornada de trabalho e também melhores condições salariais. “Está aberto o convite para os que queiram me acompanhar”, disse, em derradeiro, o Vereador Luís Roberto Tavares. Não havendo mais inscritos e nada mais a tratar, o Sr. Presidente, Vereador Benedito José do Couto, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, encerrou os trabalhos da presente Sessão às 21h40, do que, para constar, determinou a lavratura da presente Ata, a qual, após achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.

CMM